

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS (SRMF): INCLUSÃO, APRENDIZAGEM E ACESSIBILIDADE

Ana Claudia Soares da Silva

FACUVALE, Caruaru, PE, Brasil, anacsilva6@gmail.com

RESUMO: Este artigo aborda a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF) como estratégia essencial para promover a inclusão, acessibilidade e a aprendizagem de estudantes com necessidades especiais. A pesquisa, que combina revisão bibliográfica e análise documental, evidencia o papel das diretrizes legais, como a Lei nº 13.146/2015 e o Decreto nº 6.571/2008, na implementação dessas práticas pedagógicas. Destaca-se que a efetividade do AEE depende não apenas do cumprimento das regulamentações, mas também de ações pedagógicas voltadas à adaptação curricular, capacitação de profissionais e fortalecimento da participação familiar. As SRMF funcionam como espaços estratégicos de suporte, oferecendo recursos específicos que atendem às diversidades presentes na escola, contribuindo para um ambiente mais acessível e acolhedor. Além disso, o artigo discute a necessidade de uma formação contínua dos educadores e de uma gestão escolar comprometida com a inclusão, garantindo que as políticas públicas se traduzam em ações concretas na rotina escolar. Conclui-se que a consolidação de uma prática inclusiva efetiva exige uma articulação entre legislação, formação profissional e atitudes pedagógicas, elevando o padrão de qualidade da educação brasileira para todos. Assim, investir nas SRMF e no AEE é um passo decisivo para promover uma escola mais justa, plural e acessível, refletindo o compromisso social com os direitos de todos os estudantes.

Palavras-chave: Acessibilidade. Atendimento Educacional Especializado. Inclusão Escolar.. Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um marco crucial na promoção do direito de todos os estudantes a uma educação de qualidade, celebrando a riqueza da diversidade em habilidades, necessidades e

desafios. Nesse cenário, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) emerge como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento de um ambiente escolar acessível, acolhedor e equitativo. As Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF) desempenham um papel central nesse contexto, oferecendo suporte específico e recursos pedagógicos adaptados às demandas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Este estudo visa explorar a importância do AEE nas SRMF, examinando como suas práticas se alinham aos princípios de inclusão e acessibilidade, fundamentais para a aprendizagem efetiva. A pesquisa adota uma abordagem bibliográfica e documental, buscando compreender o impacto dessas práticas na realidade educacional. Além disso, o artigo analisa o arcabouço legal e as diretrizes que sustentam essas ações, destacando a necessidade de um trabalho colaborativo entre educadores, gestores e familiares para efetivar uma educação verdadeiramente inclusiva no Brasil.

Acredita-se que a reflexão crítica sobre o papel do AEE nas SRMF pode contribuir para a construção de um sistema educacional que respeite e valorize a diversidade, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária para todos os seus cidadãos.

2. METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa **qualitativa**, com enfoque **bibliográfico e documental**, buscando compreender o impacto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF) e sua relação com inclusão, acessibilidade e aprendizagem.

2.1 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa foi organizada da seguinte forma:

- **Revisão Bibliográfica:** Levantamento e análise de obras e autores renomados que abordam o AEE, a inclusão escolar e metodologias acessíveis, com destaque para Aguiar (2021), Beledeli (2016), Cirino & Souza (2024) e Kerches (2019). Também foram consultados guias e manuais educacionais do Ministério da Educação.
- **Análise Documental:** Estudo aprofundado de marcos legais e normativos relevantes, como:
 - Decreto nº 6.571/2008

- Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015)
- Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098/2000)
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017)
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008)
- Diretrizes Operacionais da Educação Especial (2009)
- **Investigação de Práticas Inclusivas:** Comparação entre os referenciais teóricos e estudos práticos que analisam o ensino inclusivo, com ênfase no papel das SRMF e nas estratégias pedagógicas voltadas a estudantes com necessidades específicas.

2.2 Descritores Utilizados na Pesquisa

Os termos mais utilizados nas buscas bibliográficas e documentais foram:

- “Atendimento Educacional Especializado”
- “Salas de Recursos Multifuncionais”
- “Inclusão Escolar”
- “Educação Especial”
- “Acessibilidade Educacional”
- “Letramento e Deficiência”
- “Autonomia na Educação”
- “Hiperfoco e Autismo”

2.3 Critérios de Inclusão e Exclusão

- **Inclusão:**
 - Publicações dos últimos 10 anos
 - Materiais com base teórica consolidada e relevância prática
 - Textos voltados à escolarização de estudantes com deficiência, políticas de inclusão e estratégias pedagógicas acessíveis
- **Exclusão:**
 - Textos opinativos sem respaldo científico
 - Documentos que não dialogam diretamente com o AEE e as SRMF
 - Produções desatualizadas ou desconectadas da realidade educacional brasileira

2.4 Técnica de Análise dos Dados: Análise de Conteúdo

Para o tratamento e interpretação dos dados obtidos nas fontes consultadas, foi utilizada a técnica de **análise de conteúdo**, conforme proposta por Bardin (1977). Essa técnica visa identificar significados latentes nos textos, a partir de uma leitura sistemática, em três etapas principais:

1. Pré-análise:

- Leitura flutuante dos textos selecionados.
- Organização do material documental e bibliográfico.
- Definição dos eixos temáticos: inclusão, acessibilidade, formação docente, práticas pedagógicas adaptadas e políticas públicas.

2. Exploração do material:

- Codificação dos conteúdos relevantes.
- Classificação das informações em categorias temáticas.
- Extração de unidades de registro que se repetem nos diferentes textos (frases, conceitos ou ideias relacionadas à inclusão escolar e AEE).

3. Tratamento dos resultados e interpretação:

- Agrupamento das categorias e subcategorias.
- Interpretação crítica dos achados, articulando teoria e prática.
- Elaboração de inferências sobre as contribuições e desafios do AEE nas SRMF para o processo de inclusão educacional.

Essa abordagem permitiu uma análise densa e criteriosa dos conteúdos, evidenciando não apenas o alinhamento das práticas às políticas públicas, mas também as lacunas existentes entre a legislação e sua efetiva implementação no cotidiano escolar

3. ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS PARA A INCLUSÃO NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

A educação inclusiva é uma abordagem pedagógica que visa assegurar que todos os estudantes tenham acesso e participação plena no ambiente escolar, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sociais ou culturais. Seu propósito é remover obstáculos e criar um espaço de aprendizado justo, que respeite a diversidade e valorize as singularidades de cada estudante.

De acordo com o Ministério da Educação (2008), A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI), busca garantir a inserção de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular. Para isso, orienta os sistemas educacionais a promover acessibilidade, qualificação de profissionais, atendimento educacional especializado e participação da família e da comunidade, além de articular diferentes setores para a implementação de políticas públicas voltadas à inclusão.

A Declaração de Salamanca enfatiza que, ao longo da escolarização, muitas crianças podem enfrentar desafios de aprendizagem e necessitar de apoio educacional especializado. Diante disso, as escolas devem adotar estratégias eficazes para garantir a educação de todos os alunos, inclusive daqueles que apresentam dificuldades mais significativas, promovendo um ensino inclusivo e equitativo (Declaração de Salamanca, 2003).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece que a educação especial deve estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino, oferecendo atendimento educacional especializado e recursos específicos. Além disso, orienta alunos e docentes para a utilização desses recursos no ensino regular, promovendo uma inclusão efetiva no ambiente escolar (Brasil, Ministério da Educação, 2008).

O processo de inclusão escolar tem início na educação infantil, a primeira etapa da educação básica, e se estende de forma contínua por todas as demais etapas e modalidades de ensino. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, Ministério da Educação, 2008),

Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional. (p. 16)

A Sala de Recursos Multifuncionais (SRMF), por exemplo, é um ambiente destinado ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) que deve estar livre de barreiras arquitetônicas e equipado com materiais pedagógicos e recursos de acessibilidade, garantindo inclusão e suporte adequado aos estudantes. O espaço físico desempenha um papel fundamental no AEE, pois contribui para a criação de um ambiente acolhedor e adaptado às necessidades dos estudantes, favorecendo o aprendizado e o desenvolvimento.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica CNE Nº 04/2009, a qual diz:

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (p.1)

Segundo o Ministério da Educação (2009), “As Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica”, estabelecem que, “Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada”. Dessa forma, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação torna-se essencial para garantir uma prática pedagógica qualificada e inclusiva, permitindo que os docentes desenvolvam competências adequadas para atender às necessidades dos estudantes no Atendimento Educacional Especializado.

A escola precisa se adaptar para atender as necessidades dos estudantes, a educação inclusiva precisa ser uma realidade e não apenas uma lei que não é cumprida, garantir um atendimento adequado é importante para o desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes atípicos .

[...] o princípio da inclusão exige uma radical transformação da escola, pois caberá a ela adaptar-se às condições dos alunos, ao contrário do que acontece hoje, quando os alunos é que tem que se adaptar à escola. E ainda, a inclusão não se limita ao atendimento aos indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais, mas demonstra apoio a todos que fazem parte da escola: professores, alunos e pessoal administrativo (DECHICHI, 2001 apud MIRANDA, 2008, p.40)

A gestão democrática é essencial para a inclusão, pois garante que estudantes, professores, famílias e toda a comunidade escolar participem ativamente das decisões. Uma escola inovadora valoriza a colaboração comunitária e adota metodologias que promovem a inclusão, como abordagens interdisciplinares e projetos que integram teoria e prática. Além disso, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) desempenha um papel fundamental, refletindo a igualdade de direitos e a valorização das diferenças como princípios essenciais da instituição.

3.1 A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI) estabelece que o atendimento educacional especializado deve complementar e/ou suplementar a escolarização dos alunos, promovendo sua autonomia e independência dentro e fora do ambiente escolar. As atividades desenvolvidas nesse atendimento diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, pois não substituem o ensino regular, mas oferecem suporte específico para o desenvolvimento dos estudantes (Brasil, Ministério da Educação, 2008). Segundo Roth (2006),

Uma escola inclusiva, numa perspectiva sistêmica, pressupõe também uma nova organização curricular, uma organização que considere as necessidades de todos os alunos, garantindo outros possíveis caminhos, que possam favorecer a construção da autonomia social e educacional. (p. 22)

Compreendendo a importância da autonomia nas crianças com necessidades educacionais especiais, onde o indivíduo desenvolve a capacidade de gerenciar suas próprias ações e a capacidade de tomar decisões de maneira independente, nesse contexto as crianças com necessidades especiais, essa habilidade é ainda mais significativa, pois irá impactar na sua integração e qualidade de vida.

Para promover o desenvolvimento da autonomia de maneira eficaz, é essencial observar e avaliar as habilidades atuais da criança. Com base nessa análise, busca-se estimular um progresso gradual, proporcionando suporte e oportunidades para que ela desenvolva capacidades que lhe permitam realizar atividades de forma independente. Nesse processo, a intervenção pode envolver ações específicas, como aprender a vestir-se sozinha, utilizar o banheiro corretamente e manusear utensílios durante as refeições.

4. O PAPEL DAS HABILIDADES MOTORAS GLOBAIS

As habilidades motoras globais são fundamentais para o desenvolvimento infantil, pois envolvem coordenação e controle do corpo em movimentos amplos. Adquiridas na infância, elas impactam diretamente a autonomia e interação da criança com o ambiente. Dificuldades nesse processo podem afetar a coordenação e o equilíbrio, tornando essencial a intervenção precoce. Estratégias como caminhar sobre linhas ou praticar esportes ajudam a estimular essas

habilidades, permitindo que profissionais identifiquem desafios e promovam um desenvolvimento motor saudável e funcional.

Segundo Rebelo et al. (2020), as habilidades motoras podem ser classificadas em globais e finas, conforme os grupos musculares envolvidos. As habilidades motoras globais são controladas por grandes músculos e permitem movimentos amplos, como andar, correr e saltar. Já as habilidades motoras finas são conduzidas por pequenos músculos e estão relacionadas a atividades que exigem precisão, como pegar objetos, desenhar, costurar, digitar ou tocar instrumentos musicais.

O desenvolvimento motor global pode ser estimulado por meio de atividades lúdicas e variadas, adequadas à faixa etária da criança. Jogos com bola, brincadeiras no parquinho e atividades simples, como correr, pular e deslizar, contribuem para o equilíbrio, a coordenação e a percepção corporal. Além disso, brinquedos como fitas adesivas para marcação de trajetos e bolas leves auxiliam no aprimoramento dessas habilidades. Ao respeitar as necessidades individuais, o aprendizado se torna mais acessível e benéfico para cada criança.

A coordenação motora fina é fundamental para o desenvolvimento infantil, especialmente na fase escolar, pois envolve o controle dos pequenos músculos das mãos para realizar tarefas como segurar um lápis e manipular objetos com precisão. Seu aprimoramento depende de outras habilidades cognitivas, como atenção e memória, contribuindo para a autonomia da criança. A falta de estímulo precoce pode gerar dificuldades em atividades do dia a dia, tornando essencial a introdução de exercícios específicos desde a infância. Jogos e brincadeiras, como pegar objetos com pinças e passar cadarços, são estratégias eficazes para fortalecer os músculos das mãos de forma lúdica e incentivar a melhoria dos movimentos.

5. O DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM

O desenvolvimento da linguagem é uma habilidade essencial que impacta diretamente a comunicação, a interação social e o aprendizado das crianças. Desde os primeiros anos de vida, é fundamental estimular tanto a linguagem verbal quanto a não verbal, promovendo a expressão e a compreensão. A linguagem vai além das palavras faladas, abrangendo gestos, sons e interações que auxiliam as crianças a se comunicarem e a estabelecerem conexões com o mundo ao seu redor.

De acordo com Silva et al. (2024),

O papel do lúdico na educação infantil é fundamental para o desenvolvimento integral da criança, pois as atividades lúdicas não apenas promovem a alegria e o bem-estar, mas também são essenciais para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social". (p. 6)

Estimular a linguagem é por meio de atividades lúdicas que incentivam a interação oral e física, através de histórias, recursos simples como bolinhas de sabão e bexigas são excelentes ferramentas para desenvolver as habilidades de comunicação. Essas atividades permitem que as crianças experimentem diferentes formas de sopro, aprendendo a controlar a força e a intensidade do ar. Esse processo melhora a coordenação motora e contribui para uma melhor articulação e clareza na fala, reforçando o controle da respiração por meio da repetição e da prática contínua.

Segundo Silva et al. (2024), o lúdico na educação infantil vai além do entretenimento, funcionando como um importante instrumento de ensino e desenvolvimento. Ao incorporar atividades lúdicas no processo educativo, os educadores promovem um ambiente dinâmico e inclusivo, estimulando as crianças a explorarem, imaginarem e aprenderem de maneira natural e envolvente.

5.1 DIFERENÇAS ENTRE LINGUAGEM E LETRAMENTO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O letramento, muitas vezes confundido com a linguagem, possui características próprias que vão além da comunicação verbal. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) concebe a linguagem como um elemento fundamental para a interação e a construção do conhecimento, englobando diversas formas de expressão, como a verbal, não verbal, visual e digital. Além de ser um instrumento de comunicação, a BNCC destaca que a linguagem também compreende a interpretação, a produção e a difusão de discursos em distintos contextos sociais e culturais.

Enquanto a linguagem diz respeito à capacidade de se comunicar e interagir, o letramento refere-se ao aprendizado das práticas sociais mediadas por diversas formas de expressão, como a escrita, a linguagem verbal, visual, corporal, digital e até mesmo a Libras. No contexto da educação especial, essa distinção é essencial, pois crianças com dificuldades no

desenvolvimento da linguagem ainda podem ser estimuladas a adquirir letramento de maneira eficiente, mesmo utilizando métodos alternativos de comunicação.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) contempla diversas interpretações do conceito de letramento, evidenciando seu papel fundamental na formação dos estudantes. O letramento é concebido como uma prática social participativa, um recurso discursivo e digital, uma expressão da diversidade cultural e uma ferramenta para a comunicação por meio de diferentes linguagens.

Para crianças com desafios específicos, como aquelas que fazem parte do público-alvo da educação especial, é fundamental que o letramento seja trabalhado de forma adaptada, respeitando suas particularidades e ritmo de aprendizado. As atividades propostas devem promover a inclusão, possibilitando que essas crianças se apropriem das práticas de leitura e escrita de maneira significativa e funcional.

5.2 ATIVIDADES PRÁTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO LETRAMENTO E INCLUSÃO

O letramento vai além da simples decodificação de textos, pois envolve a construção de discursos e a interpretação de significados em diversos formatos, como poesia, música e narrativas. Na sala de recursos multifuncionais, onde crianças com diferentes habilidades e necessidades são atendidas, é fundamental promover atividades acessíveis e interativas que incentivem tanto a linguagem quanto o letramento. Jogos educativos, como cruzadinhas e alfabetos móveis, são ferramentas eficazes para reforçar a compreensão da estrutura das palavras e aprimorar as habilidades de leitura e escrita. Além disso, estratégias como jogos e projetos temáticos tornam o aprendizado mais envolvente e significativo, proporcionando aos estudantes oportunidades reais de interação e participação ativa no processo educativo. Segundo Beledeli (2016),

Por meio de atividades lúdicas envolvendo jogos é possível trabalhar os conteúdos curriculares, promovendo o respeito ao ritmo escolar de cada aluno e a construção de conhecimentos significativos, levando em consideração as reais condições de aprendizagem dos alunos com deficiências, sua temporalidade, suas necessidades individuais e

potencialidades. A adaptação de objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação devem atender às especificidades dos alunos (p. 3).

De acordo com Beledeli (2016), o uso de jogos no ambiente educacional contribui significativamente para a ação pedagógica, estimulando desafios e promovendo um ensino mais dinâmico e eficaz. Esse método favorece a aprendizagem significativa, permitindo que os alunos descubram novos conhecimentos ou ressignifiquem informações já adquiridas. Além disso, o ensino deve considerar a bagagem cultural e histórica dos estudantes, valorizando suas experiências e ideias prévias. O professor desempenha um papel essencial ao planejar estratégias pedagógicas que respeitem o contexto social dos alunos, tornando o aprendizado mais relevante e conectado à realidade de cada um.

6. O HIPERFOCO E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES DOS ESTUDANTES ATÍPICOS

O hiperfoco, especialmente no contexto educacional e no atendimento a crianças atípicas, representa um valioso recurso para o desenvolvimento de habilidades. Esse estado de concentração intensa em um interesse específico pode ser direcionado para impulsionar o aprendizado acadêmico, social e emocional, tornando o processo educativo mais envolvente e eficaz. Segundo Kerches (2019), “O cérebro no autismo é hiperexcitado então o hiperfoco pode ser um refúgio durante o estresse, situações desconfortáveis ou momentos de ociosidade”,

Hiperfoco pode ser definido como uma forma intensa de concentração em um mesmo assunto, tópico ou tarefa e é bastante frequente em pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), sendo um padrão de comportamento restrito e repetitivo. O hiperfoco também pode estar presente em outras condições como TDAH. (KERCHES, 2019)

Aguiar (2025) destaca que as pessoas enfrentam dificuldades para lidar com a complexidade humana, independentemente da presença de deficiências ou transtornos. No entanto, por ser um desafio, espera-se que os profissionais se sintam motivados a buscar novos conhecimentos e se dediquem à criação de estratégias inovadoras para o ensino e a aprendizagem. Segundo Cirino e Souza (2024),

O hiperfoco, caracterizado como uma intensa concentração em uma atividade específica, pode ser utilizado em atividades escolares, permitindo que os alunos se envolvam significativamente com seu processo de ensino e aprendizagem. Ao reconhecer e utilizar essas características, os professores podem criar ambientes de aprendizagem que valorizem e aproveitem o hiperfoco, facilitando a absorção de informações e a realização de atividades escolares nas quais o aluno se engaja. Essa abordagem não apenas potencializa o desempenho do aluno, mas também promove uma experiência de aprendizado enriquecedora para os demais colegas. (p.11)

Ao personalizar o ensino com base no hiperfoco, é possível alcançar excelentes resultados, fortalecendo o engajamento, a autoestima e o progresso das habilidades da criança. O educador desempenha um papel essencial nesse processo, ajustando as atividades conforme os interesses individuais dos estudantes e transformando esses interesses em ferramentas pedagógicas. Dessa forma, o hiperfoco pode ser integrado ao desenvolvimento da leitura, escrita, matemática e coordenação motora, promovendo uma aprendizagem significativa e inclusiva.

7. ACESSIBILIDADE

A Lei de Acessibilidade no Brasil, Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Isso inclui a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, nos transportes e comunicação, além dessa lei, existem há outras legislações que complementam a acessibilidade, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que reforça direitos e amplia medidas de inclusão.

A acessibilidade garante que todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência ou mobilidade reduzida, possam utilizar os ambientes e estruturas escolares de maneira segura e independente. Isso abrange não apenas os espaços físicos, mas também o mobiliário, assegurando condições adequadas para a participação plena na vida acadêmica. Seu objetivo é eliminar barreiras e fortalecer a inclusão, criando um ambiente escolar mais acessível e equitativo para todos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF) são fundamentais para a promoção de uma educação inclusiva, acessível e de qualidade para todos os estudantes, especialmente aqueles com necessidades educativas especiais. A análise das diretrizes legais, incluindo o Decreto nº 6.571/2008 e a Lei nº 13.146/2015, reforça o compromisso do Estado brasileiro em assegurar o direito à aprendizagem e à participação plena de todos os alunos no ambiente escolar. Entretanto, a implementação eficaz dessas políticas vai além do cumprimento formal das normativas. É imprescindível que haja uma prática pedagógica efetiva, que seja ancorada na inclusão, no respeito à diversidade e na adaptação dos ambientes de ensino às necessidades individuais de cada estudante. Isso requer investimento contínuo na formação de educadores, na melhoria da infraestrutura das SRMF e no fortalecimento da participação familiar no processo educativo. Ademais, é essencial que haja um reconhecimento institucional da importância do AEE e das SRMF como elementos centrais para o sucesso da educação inclusiva. Esperamos que esta análise inspire uma evolução constante das políticas públicas e ações escolares, em direção a uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva, onde cada estudante tenha a oportunidade de desenvolver plenamente seu potencial. Os desafios ainda são significativos, mas o comprometimento coletivo de educadores, gestores e comunidade pode transformar a realidade da educação inclusiva, criando espaços que realmente reflitam a diversidade e promovam a equidade no aprendizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Delma do Carmo Ker e. **Escolarização de Adolescentes Autistas na Ótica de Educadores e Familiares**. São Mateus-ES: Faculdade Vale do Cricaré, Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ivic.br/handle/123456789/1473>>. Acesso em: 02 mai. 2025.

BELEDELI, Isolete Fatima. **A Importância dos Jogos Pedagógicos no Processo de Ensino-aprendizagem da Leitura e da Escrita dos Alunos com Deficiência Intelectual**. Orientação de Ana Flavia Hansel. Caderno PDE. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva

do professor PDE, v. 1, 2016. ISBN 978-85-8015-093-3. Disponível online. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_unicentro_isoletefatimabeledeli.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e regulamenta o parágrafo único do artigo 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm>. Acesso em: 02 mai. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 02 mai. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 02 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca: recomendações para a construção de uma escola inclusiva**. Coordenação geral: SEESP/MEC; organização: Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie3.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>> Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.** Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2025.

CIRINO, Roseneide Maria Batista; SOUZA, Cristiane Ferreira de. **Hiperfoco na aprendizagem de estudantes atípicos: uma análise teórica e prática.** Anais do X CONEDU, Congresso Nacional de Educação. Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/109876>>. Acesso em: 02 mai. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Educação. **Guia de Letramento Inclusivo – Educação Especial, Diretrizes Pedagógicas.** Gerência de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (GEEPEI). SEDU, 2025. Disponível em: <<https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Guia%20Letramento%20Inclusivo.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2025.

KERCHES, Deborah. **Hiperfoco no Autismo.** 2019. Disponível em: <<https://dradeborahkerches.com.br/hiperfoco-no-autismo/>>. Acesso em: 02 mai. 2025.

REBELO, Miguel; SERRANO, João; DUARTE-MENDES, Pedro; PAULO, Rui; MARINHO, Daniel Almeida. **Desenvolvimento Motor da Criança: Relação entre Habilidades Motoras Globais, Habilidades Motoras Finas e Idade.** Cuadernos de Psicología del Deporte, v. 20, n. 1, p. 75-85, 2020. Universidad de Murcia. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/2270/227064667007/html/>>. Acesso em: 28 abr. 2025.

ROTH, Berenice Weissheimer (org.). **Experiências Educacionais Inclusivas: Programa Educação Inclusiva – Direito à Diversidade.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de

Educação Especial, 2006. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/experienciaseducacionaisinclusivas.pdf>>. Acesso
em: 27 abr. 2025,

SILVA, Cristiane Campos da et al. **A Influência das Atividades Lúdicas no Desenvolvimento Infantil**. Contemporânea - Contemporary Journal, v. 4, n. 5, p. 01-23, 2024. ISSN 2447-0961.
DOI: 10.56083/RCV4N5-106. Disponível em:
<<file:///C:/Users/acssa/Downloads/Contempor%C3%A2nea+106.pdf>>. Acesso em: 28 abr.
2025.